

Com Future-se e 'reformas', Bolsonaro quer destruir Previdência, universidade pública e direitos



Vaner Correa/Especial para a Aduff - ato 14-6-2019 - greve geral

É o que avaliaram docentes nas rodas de conversa, assembleia e seminário realizados pela Aduff nos quais a situação do país foi debatida;

Presidente, que nega desmatamento na Amazônia e quer entregá-la aos EUA, que não vê crimes na Ditadura de 64 e mente sobre quase tudo, não pode impor uma reforma que destruirá a aposentadoria de milhões de brasileiros;

Tentativas de calar jornalistas, opositores e até aliados para esconder escândalos como o da VazaJato e manipular dados, liquidam normalidade democrática e tornam inaceitável a continuidade da reforma da Previdência;

Lutas contra PEC da Previdência e pela rejeição do Future-se são convocadas para agosto e começam com os atos do dia 6 e 13.



EDITORIAL

Não poderemos descansar 1 só minuto neste 2º semestre

Arte: Gilson Castro sobre foto de Vanor Correa

Future-se tenta mostrar uma linguagem e estética supostamente inovadoras para a velha política de entregar o que é público para o capital privado

Em 2015, o orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e da ciência e tecnologia públicas sofreu um corte expressivo. A partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, no final de 2016 (ocasião em que, corretamente, era chamada de PEC do Fim do Mundo), a situação se tornou dramática. A cada ano de aumento dos gastos com a dívida pública, para os quais não há nenhum teto, e de congelamento dos investimentos sociais, as condições de ensino e aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior deterioraram-se.

A Universidade Federal Fluminense e tantas outras já começaram 2019 com recursos insuficientes para garantir o pleno desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com os sucessivos contingenciamentos (um eufemismo para cortes) do governo Jair Bolsonaro na área da educação, não se sabe como tais instituições e a comunidade universitária chegarão ao fim do ano. Que condições teremos para dar aula? A pesquisa poderá continuar? O que ocorrerá com programas e projetos de extensão? Discentes da graduação e da pós-graduação conseguirão permanecer?

Diante deste cenário de caos absoluto no financiamento das IES, um caos intencionalmente produzido por quem tem a obrigação constitucional de evitá-lo, vem o anúncio do Future-se. Como avaliamos na última assembleia da Aduff-SSind e na reunião conjunta do Setor das IES Federais e das IES Estaduais e Municipais do Andes-SN, é um programa que não resolve os problemas do presente e destrói o futuro da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

A linguagem e a estética tentam ser inovadoras, mas se trata da velha forma empregada em todo o mundo para privatizar: retira-se recursos até inviabilizar o funcionamento e, a seguir, a iniciativa privada surge como a grande (e falsa) salvação. Na verdade, o Future-se é a privatização das universidades e institutos federais e a precarização de docentes e técnicos, como abordamos nas páginas 4, 5 e 6.

Como os grandes atos unitários dos últimos meses têm denunciado e tentado dialogar com a população, os ataques à educação não podem ser separados do projeto de país deste governo e de boa parte do Congresso Nacional, aliados àqueles setores nacionais e internacionais que nunca mediram esforços para que o Brasil mantivesse seu papel subalterno. A proposta de fim da Previdência pública e solidária, que, se aprovada, significará a interdição de quase toda população brasileira ao direito de se aposentar. A pauperização da velhice é outra face gravíssima deste projeto, encontrando-se, inclusive, em estágio mais avançado.

Portanto, apesar da correlação de forças duríssima e desfavoráveis precisaremos ser capazes de construir resistência. Uma resistência que, muito provavelmente, não conseguirá conquistar mais direitos, mas que, nessa quadra histórica, será vitoriosa se impedir novas perdas para a classe trabalhadora. Neste segundo semestre, não poderemos descansar um minuto. A luta é pela educação e previdência públicas, pela real autonomia universitária, pelas liberdades individuais e pela democracia.

ADUFFZAP
21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins semanais com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.



Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

PLANTÕES JURÍDICOS

Aduff divulga plantões pelo site e Aduffzap

Em Niterói, plantões são às sextas; nas demais cidades, de acordo com demandas encaminhadas via CR

A Aduff oferece aos docentes sindicalizados assessoria jurídica na sede em Niterói e plantões nos *campi* da UFF nas demais cidades. O plantão jurídico descentralizado foi instituído em 2018. Os advogados Carlos Boechat, Júlio Canello e Gabriela Fenske se revezam nos atendimentos. Os plantões são marcados de acordo com as demandas que chegam ao sindicato pelo Conselho de Representantes. A agenda é divulgada no site da entidade e pelo serviço Aduffzap (21-97276-2018). O atendimento semanal regular na sede, em Niterói, ocorre às sextas-feiras, de 9h às 13h.

Associação dos Docentes da UFF

**ADUFF
SSind**

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Julho / 2019

Biênio 2018/2020

Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguiar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedrosa • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélio L. Filho
Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves
Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com
Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br
Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind
Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Ainda há tempo de deter a maior destruição de direitos previdenciários da história

Sob denúncias de nepotismo em larga escala, compra de votos com emendas e cargos e de ter sido beneficiado com ilegalidades para se eleger, Bolsonaro tenta aprovar PEC que retirará quase R\$ 1 trilhão dos trabalhadores em 10 anos e que deixará milhões sem acesso à aposentadoria



Mobilização e panfletagem próximo ao terminal rodoviário de Niterói, no Centro, no dia 12 de julho: contra a reforma da Previdência

Hélio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

A classe trabalhadora brasileira poderá arcar com a mais dura retirada de direitos previdenciários da história caso a PEC-6 seja aprovada no Congresso Nacional. A estimativa é de que quase R\$ 1 trilhão que seria destinado às aposen-

tadorias pelas regras atuais seja desviado dos contracheques dos trabalhadores em dez anos.

A reforma em tramitação no Congresso, que poderá ter a sua votação concluída na Câmara e no Senado no segundo semestre do ano, foi elaborada por um governo comandado por um presidente

que demite quem divulga dados que lhe desagradam, que fala em prender jornalistas que veiculam informações que lhe ameaçam e que, ao longo de 28 anos, empregou em seu gabinete e junto com seus filhos pelo menos 102 pessoas com laços familiares.

O dado do nepotismo em larga escala foi revelado por

levantamento do jornal “O Globo”. Bolsonaro não contestou as informações. Disse que a imprensa inventa que parente não presta e que manterá a indicação de um de seus filhos para o cargo de embaixador nos Estados Unidos.

A reforma ainda deverá tramitar por pelo menos mais

dois meses no Congresso Nacional. Nas assembleias docentes, após a aprovação da reforma no 1º turno, avaliou-se que, embora seja difícil, ainda é possível, com fortes mobilizações nas ruas, atrair os planos do governo e até mesmo evitar esse desastre que afetará as atuais e futuras gerações.

Aspectos centrais da PEC da Previdência aprovada no 1º turno da Câmara

Privatização

A PEC aprovada no 1º turno da Câmara mantém a tendência privatizante mesmo com a exclusão da capitalização. Benefícios como a pensão por morte, o auxílio doença (incapacidade temporária), a aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente), o salário-maternidade, entre outros, mediante lei complementar poderão ser transferidos para o setor privado. Abre-se, assim, uma enorme avenida para a privatização do sistema e para a insegurança do trabalhador quanto às garantias de que terá direito aos benefícios. Hoje, isso só é possível em relação ao acidente de trabalho. Atualmente, cerca de 43% das despesas do RGPS são relacionadas a esses benefícios não programados.

Desconstitucionalização

O plenário da Câmara manteve na PEC a desconstitucionalização de regras previdenciárias. Fica no texto constitucional as idades mínimas de aposentadoria dos servidores da União e dos segurados do RGPS. Entretanto, a desconstitu-

cionalização foi seguida em vários pontos fundamentais, entre eles: a) a definição do tempo de contribuição e demais critérios de concessão da aposentadoria pelo RPPS da União e para o RGPS; b) as idades e outras condições especiais para as aposentadorias de servidores com deficiência, de policiais, e de quem trabalha exposto a agentes nocivos. c) lei complementar federal estabelecerá normas gerais de organização e funcionamento dos RPPSs.

Perdas para todos

Todos os trabalhadores dos setores privado e público perdem caso essa proposta seja aprovada e sancionada. A idade mínima é fixada em 62 (mulheres) e 65 (homens) e o tempo mínimo de contribuição para que o valor da aposentadoria não seja menor do que a integralidade do benefício é de 40 anos. Mas mesmo nestes casos o trabalhador terá a aposentadoria e valor inferior ao previsto com as regras anuais. Isto porque passam a ser considerados para a média 100% das contribuições e não mais 80% das maiores contribuições.

PEC derruba valor das pensões

O critério de cálculo reduz o valor da pensão por morte. É adotada a sistemática de cotas familiares de 50%, mais 10% por dependente, não reversíveis. A pensão poderá ser inferior a um salário-mínimo, caso o beneficiário tenha outra forma de rendimento.

Alíquotas maiores reduzem salários

As alíquotas de contribuição aumentam e, com isso, o valor líquido do salário ficará menor para servidores ativos e aposentados. A alíquota de referência sobe de 11% para 14% e esse percentual será aplicado escalonadamente, com alíquotas que vão de 7,5% até 22%, atingindo 16,8% para remuneração igual ao teto constitucional. Esses critérios poderão vir a ser alterados por lei ordinária. Também foi aprovada a cobrança de contribuições extraordinárias dos servidores públicos, aposentados e pensionistas em caso de ‘déficits atuariais’.

Transição para poucos

As regras de transição praticamente não existem no caso do cál-

culo dos benefícios e são muito duras quanto ao tempo de contribuição e idade. Para a imensa maioria, na avaliação do Dieese, são desvantajosas em relação aos novos critérios propostos. O plenário da Câmara manteve sem alterações uma regra aprovada na comissão que atenua um pouco as perdas de quem está mais próximo de se aposentar. Ela prevê a cobrança de um pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição que falta para a aposentadoria e exige as idades mínimas de 57 anos (mulher) e 60 anos (homens). Vale tanto para o RGPS quanto para o RPPS. A vantagem dessa regra em relação às demais é que o cálculo do benefício será de 100% da média de todas as contribuições – não exigindo os 40 anos de contribuição para que isso ocorra. Também permite que servidores federais que ingressaram nos serviços públicos até 2003 possam obter a aposentadoria integral sem a necessidade de completar 62 (mulheres) ou 65 anos (homens) de idade, mas os 57 e 60, respectivamente, previstos na regra.

Ministro admite que OS poderá contratar professor sem concurso nas universidades

Ministro da Educação admitiu em entrevista o que omitira na apresentação do projeto: a intenção é que as organizações sociais privadas, escolhidas sem licitação, possam contratar sem concurso e pela CLT

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu que o projeto do governo para as universidades públicas federais – o 'Future-se' – prevê a contratação de professores sem concurso público. Na apresentação da proposta, no dia 17 de julho, em Brasília, Weintraub e o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa, omitiram essa informação. Na entrevista à jornalista Ana Carla Bermúdez,

publicada pelo UOL, não é mencionada a possibilidade de contratação de técnicos-administrativos, mas, pelo contexto da conversa, isso também fica evidente.

O programa do governo prevê a contratação de organizações sociais, sem necessidade de licitação, para a gestão das universidades federais. Na apresentação do projeto, os representantes do governo federal disseram que isso ocorreria em áreas que já

Roda de conversa realizada pela Aduff, no dia 25 de julho, para debater o Future-se



Assembleia docente na UFF, dia 25 de julho: o Future-se e a reforma da Previdência

estão terceirizadas, como a limpeza e vigilância. No entanto, o projeto é claro quanto à ingerência das OSs nas

áreas de ensino e pesquisa. “[Vai poder fazer] um zilhão de coisas”, disse o ministro sobre as organizações sociais

nas universidades. Indagado pela repórter sobre se haveria alguma área em que a OS não poderia atuar, Weintraub fez um discurso a favor da “liberdade” nas universidades “até para exibir filmes”. Após a repercussão da entrevista, o Ministério da Educação divulgou nota na qual nega que haverá contratação de docentes sem concurso de forma geral e que isso seria apenas para professores renomados internacionais, sem entrar em detalhes.

'Future-se' pode levar ao fim da universidade federal pública, avalia Aduff

'Future-se' é o nome do programa de reestruturação do financiamento do ensino superior público federal lançado pelo Ministério da Educação, em Brasília, no dia 17 de julho. O programa do governo Bolsonaro quer que as Universidades e os Institutos Federais recorram a empresas para obter recursos para sobreviver ao contingenciamento de verbas aprofundado pelo próprio governo federal e que tem ameaçado o funcionamento do ensino, pesquisa e extensão públicas.

O plano prevê comodato ou cessão dos prédios e lotes; criação de fundos patrimoniais e doações de empresas privadas para financiamento de pesquisas, contratos de gestão compartilhada; venda de nomes de campi e edifícios a bancos e empresas, por exemplo, como acontecem com os estádios de futebol. Também institui o atendimento pago a planos de saúde nos hospitais controlados pela Ebserh.

A Aduff-SSind avalia que a proposta é inaceitável, levará à privatização e colocará a universidade pública a serviço dos

interesses do mercado. Assembleia comunitária na UFF será convocada para debater o projeto e organizar a resistência. A Aduff defende a unidade das comunidades universitárias para mostrar à população que o 'Future-se' é a destruição da educação pública, assim como a reforma da Previdência é o fim do direito à aposentadoria. O objetivo é convocar uma grande campanha de mobilização para derrubar a proposta de Bolsonaro.

Aspectos centrais do 'Future-se'

- Embora inicialmente o governo tenha recuado quanto a isso, ao apontar o financiamento privado como solução para a universidade pública, o 'Future-se' pavimenta o caminho para o fim da gratuidade.
- O programa legitima a desresponsabilização do Estado com o direito constitucional de financiamento da educação pública

- O 'Future-se' altera os eixos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições federais de ensino.
- Prevê a "dupla-porta" nos hospitais universitários controlados pela Ebserh, com venda de serviço a planos de saúde privados.

- A gestão financeira das universidades passaria a ser feita por organizações sociais, que são empresas de caráter privado supostamente e formalmente sem fins lucrativos.
- O 'Future-se' prevê até a venda dos nomes de campi e edifícios das instituições a bancos, seguradoras e empresas, como acontecem com os estádios de futebol.

- O 'Future-se' cria um fundo de investimento para "financiar as instituições de ensino", que será gerido por um Conselho Gestor, cuja composição não é especificada. A proposta prevê que os imóveis de propriedade das instituições de ensino poderão ser usados para integralizar as ações deste fundo.

- Propõe garantir a "autonomia financeira" das universidades, institutos federais e Cefet via captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário, entre outros.
- Aponta o fim do tripé que fundamenta o ensino superior no Brasil. Todas as medidas têm como enfoque o ensino e a pesquisa, praticamente ignorando a extensão – que integra o tripé da universidade brasileira, descrito no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

- Pesquisas não lucrativas para o mercado poderão ser enfraquecidas e descontinuadas, como as que fundamentam a elaboração de políticas públicas e as que estudam a cura de doenças consideradas 'não rentáveis'.
- É um projeto cuja essência levará ao aumento em proporções jamais vista da desigualdade entre as diversas áreas acadêmicas. A tendência é que parte

delas desapareça por falta de financiamento, como as licenciaturas.

- A lógica mercantil para captação de recursos e de atração de investimentos ameaça as autonomias universitária e pedagógica, que ficarão reféns dos interesses privados.

- O 'Future-se', na prática, acaba com a Dedicção Exclusiva, uma vez que, apoiado no Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, prevê a possibilidade de docentes DE atuarem em projetos privados. A medida abre caminho para o rebaixamento salarial das carreiras docentes, já em estudo pelo governo.

- O programa também aponta para o desmonte das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e dos técnicos-administrativos, ao sinalizar para a cessão de atuais servidores para as organizações sociais e, ainda, para a contratação, via essas organizações e não mais através de concursos públicos.

Categoria docente associa Future-se à privatização do ensino superior no 64º Conad

Professoras e professores da UFF integraram a delegação da Aduff que participou do Conselho do Andes-SN em Brasília, que reafirmou a defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

“Em defesa da Educação Pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas” foi o tema do 64º Conselho do Andes-SN (Conad), realizado em Brasília entre 11 e 14 de julho. A Aduff-SSind enviou delegação para o evento que reuniu docentes de 64 seções sindicais para debater a atualização do plano de lutas do Sindicato Nacional e pensar as ações que serão levadas a curso neste segundo semestre.

“As análises de conjuntura reafirmaram a defesa da Educação Pública e dos direitos essenciais aos trabalhadores, como o que diz respeito à aposentadoria e à seguridade social, em face de um governo que representa a ascensão conservadora, ameaça às liberdades democráticas e traz retrocessos em relação às conquistas historicamente realizadas pelos trabalhadores”, disse Marina Tedesco, presidente da Aduff.

Para ela, as ações e declarações do atual presidente Jair Bolsonaro fragilizam, principalmente, a situação das mulheres, das pessoas que têm deficiência, da população periférica, negra, quilombola, indígena e LGBTTI, já que o governante desmonta políticas públicas, reforça a lógica meritocrática, elitista e privatista ao desobrigar o Estado de suas responsabilidades constitucionais sociais, como a oferta de educação pública de qualidade.

Future-se

É o caso do programa “Future-se”, que submete boa parte do financiamento do

ensino público superior federal à captação de recursos da iniciativa privada. Durante o Conad, os participantes souberam pelos jornais comerciais que o governo iria anunciar tal projeto de reestruturação financeira das universidades e institutos federais. Logo elaboraram um manifesto, publicizado pelo evento, para denunciar a proposta que, na visão dos educadores e sindicalistas, abre as portas para a privatização da educação pública e afeta a autonomia destas instituições.

Uma Comissão de Mobilização foi constituída no âmbito do Conad para organizar protestos contra o “Future-se”. A presidente da Aduff integrou os trabalhos da comissão e participou de ato público, em frente ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que, apesar de pacífico, foi reprimido com violência por policiais em Brasília.

Para a professora Maria Onete Ferreira, do Instituto de Educação da UFF em Angra dos Reis e integrante da delegação da Aduff, a gravidade do momento exige intensa participação dos docentes. “Estamos muito preocupados com os ataques que o governo extremista de direita vem fazendo aos direitos dos trabalhadores e, especialmente, à educação. O desmonte da Previdência Social também foi bastante discutido e a continuidade da luta para barrar a aprovação da proposta foi mantida como centralidade das ações da categoria”, disse. “Achei muito importante o apelo, prontamente lançado pelo Fórum Renova Andes, chamando a atenção para a gravidade do golpe contra as



Fotos: Comunicação Andes-SN



Manifestação no dia 12 de julho, em Brasília, que reuniu estudantes e servidores em defesa da educação pública, da aposentadoria e do emprego

Plenária do 64º Conad, em Brasília

universidades federais, anunciado de forma preliminar, durante o congresso e, ridículamente, chamado de “Future-se”, complementou.

13 de agosto: Greve nacional da Educação

As entidades representativas de estudantes e de traba-

lhadores da Educação prepararam para o dia 13 de agosto (terça-feira) uma Greve Nacional da Educação contra os cortes no setor, o ‘Future-se’ e a reforma da Previdência.

O Andes-SN participa da construção unificada do dia de luta que deve contar com atos e paralisações de 24 ho-

ras em todo o país. “A sincronia dos ataques contra a seguridade social e contra a educação pública é expressão de um mesmo projeto do capital para o(a)s trabalhadore(a)s”, diz trecho da Carta de Brasília, cuja íntegra está disponível no site da Aduff (www.aduff.org.br).

Conad reafirma defesa da unidade da classe trabalhadora

O Conad debateu as ações da classe trabalhadora e do movimento docente, em particular, destacando o papel central do Andes-SN, da CSP-Conlutas, do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), das entidades da educação e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democrá-

ticas na resistência e mobilização dos professores e de outras categorias, em especial nas ações que marcaram o dia 8 de março, 1º de maio, 15 de maio, 30 de maio e 14 de junho.

Houve ainda discussões divergentes sobre a CSP-Conlutas, que, quando em votação, culminaram pela reafirmação da participação do Andes-SN na Central.

Nas ruas com a juventude por ‘educação, aposentadoria e emprego’

No dia 12 de julho, o ato “Por Educação, Aposentadoria e Emprego” contou com a adesão dos participantes do 64º Conad. Eles uniram-se aos 10 mil jovens que estavam em Brasília para o Congresso Na-

cional da União Nacional dos Estudantes (Conune) e marcharam pela Esplanada dos Ministérios contra a reforma da previdência, que era aprovada em primeiro turno pelo parlamento.

Aduff, Sintuff e DCE criticam "Future-se" em reunião com reitor da UFF

Reitoria diz que com cortes recursos acabam em agosto, 'mas universidade não vai fechar'; três segmentos convocam mobilização de 13 de agosto e preparam assembleia comunitária



As professoras Marina Tedesco e Elizabeth Barbosa, da direção da Aduff, na reunião com o reitor Antônio Claudio

A direção da Aduff-SSind esteve por duas vezes reunida com o reitor da UFF, Antonio Claudio Nóbrega, desde que o governo anunciou o programa 'Future-se', apontado pela entidade como uma ameaça à existência da universidade pública no Brasil.

Nas duas reuniões - ocorridas nos dias 12 e 29 de julho -, a Aduff levou ao reitor a preocupação com o projeto e a avaliação de que toda a comunidade universitária deve se unir para enfrentá-lo. No segundo encontro, a Reitoria recebeu conjuntamente as representações da Aduff, do Sintuff e do DCE. As três entidades se declararam contrárias ao Future-se.

Como a Aduff já havia proposto na primeira reunião, os representantes dos três segmentos defenderam a realização de uma assembleia comunitária logo após o retorno do recesso, em agosto, para discutir a situação da UFF e o "Future-se". O reitor fez críticas ao Future-se, chegou a dizer, na primeira reunião, que não há como aderir a um programa como esse, mas expôs preocupação sobre o que fazer e como manter a universidade de pé com o contínuo e crescente corte de verbas para custeio, reflexo da aplicação da Emenda

Constitucional 95. "A razão de existir entre nós é o exercício da crítica. Só essa afirmativa já nos coloca em contraposição ao projeto do governo", disse o reitor. Ao final, porém, evitou firmar compromisso com a participação na assembleia comunitária.

A situação orçamentária da UFF em decorrência do corte de verbas também foi abordada. O reitor apresentou dados sobre o agravamento do quadro. A universidade pode não ter dinheiro para concluir o segundo semestre em função do contingenciamento financeiro de mais de R\$ 52 milhões, imposto em abril de 2019 pelo governo Bolsonaro. A administração central da UFF projetou um déficit de 30 milhões para 2019, segundo ele, mesmo antes de saber da possi-

bilidade do corte financeiro, por conta de dívidas anteriores. O contingenciamento, porém, aprofundou o problema. "A UFF pode não ter recursos para funcionar ao longo do segundo semestre. Mas garanto que a UFF não fecha. Mesmo que tenhamos que remanejar as aulas, ver o que faremos, a UFF não fecha", disse.

A presidente da Aduff-SSind, professora Marina Tedesco, que participou das duas reuniões, ressaltou que o projeto é inaceitável em todos os aspectos, defendeu a mobilização conjunta e a busca de apoio da população. "Queremos começar o semestre com uma assembleia comunitária, para pensarmos juntos o que fazer, com os três segmentos, mas para além dos três segmentos", disse.



Reunião das representações dos três segmentos com a Reitoria

Plano de saúde coletivo da Aduff tem reajuste

Reajuste anual será aplicado nos boletos com vencimento em agosto/2019, com a cobrança retroativa ao mês de julho, para os docentes que fazem parte do primeiro e mais antigo plano de saúde coletivo da Aduff

Proposta inicial da operadora era de um aumento de 19,25% no contrato coletivo de prestação de serviço médico-hospitalar firmado em 1992, entre Aduff e Unimed Leste Fluminense. A diretoria da seção sindical contestou o valor, que classificou como inaceitável e injustificável. Na negociação, a Unimed chegou a propor 15% de reajuste, ainda muito acima dos índices de inflação do período. Ao final desse processo, chegou-se a um reajuste de 9,64%, aplicando-se o acumulado do IGP-M em abril de 2019 (8,64%) + 1%, percentual inferior à média dos reajustes dos planos coletivos registrados na ANS.

"Conseguimos reduzir quase dez pontos percentuais da proposta inicial da

Unimed, fruto de um grande esforço da diretoria da Aduff no sentido de não permitirmos esse aumento abusivo, ainda por cima diante de um contexto econômico muito adverso, em que a categoria docente vai ter - por força da terceira etapa da reestruturação da carreira - um aumento médio de 2,25% este ano, e que não vai conseguir fazer frente ao aumento do plano de saúde", destaca Carlos Aguillar, diretor da Aduff-SSind e professor do Coluni-UFF.

Aos docentes que integram o contrato mais recente, firmado em 2016, entre a Aduff e Unimed Leste Fluminense, a seção sindical ressaltou que o reajuste anual desse plano será negociado em março de 2020.

Solidariedade com quem também faz a UFF funcionar

Trabalhadoras e trabalhadores terceirizados têm que ter os seus direitos respeitados.

Campanha de solidariedade material e política - com coleta de doações de alimentos e produtos não perecíveis.

Rua Professor Lara Vilela 110, São Domingos Niterói (Sede da Aduff)

Associação dos Docentes da UFF
ADUFF
SSind
Seção Sindical do Andes-SN
Filial à CUP/Conlata

Domingo na Quinta: feira reúne milhares e defende fim dos cortes na educação e na pesquisa públicas

Aduff foi uma das organizadoras da feira na Quinta da Boa Vista, realizada no Dia Nacional da Ciência

Lara Abib
Da Redação da Aduff

O evento, organizado por mais de 20 entidades sindicais e científicas, contou com cerca de 150 stands/iniciativas e de 700 expositores, atraindo um público de cerca de 4,5 mil pessoas, segundo os organizadores. A feira, realizada num dia de domingo, na Quinta da Boa Vista, tem como objetivo chamar a atenção da população para os cortes na Educação e para a importância da ciência no desenvolvimento do país.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Aduff-SSind (Associação dos Docentes da UFF - Seção Sindical do Andes-SN) participaram da organização da atividade. Da Universidade Federal Flu-

minense, estiveram presentes com stands o projeto de extensão "Paleoparasitologia para Todos", do Instituto Biomédico; o grupo de pesquisa de ensino de ciências, o Diece; o Núcleo de Pesquisa, Ensino, Divulgação e Extensão em Neurociências, o NuPEDEN; e o INTC Proprietas.

Coordenadora do projeto de extensão "Paleoparasitologia para Todos", a professora do Instituto Biomédico Daniela Lelis ressaltou a importância de participar do evento. "As feiras livres de ciência aproximam a sociedade da ciência e mostram o que a gente pode fazer. Isso que a gente está divulgando para as crianças é coisa que a gente faz no dia a dia, pesquisar os parasitas no material antigo



Grupo de pesquisa de ensino de ciências (Diece) na feira pela educação e pesquisa

e arqueológico para entender a nossa história e os animais com os quais a gente conviveu ou já foram extintos. A redução e os cortes afetam diretamente o projeto porque a gente não consegue dar continuidade, o projeto é vivo e depende dos alunos da graduação e da pós, que às vezes não continuam seus estudos

e pesquisas porque não têm perspectiva de ter uma bolsa", destacou.

Para Carlos Aguillar, que integra a diretoria da Aduff-SSind, a articulação entre as entidades científicas e sindicais para organização do evento foi um acerto. "A feira esteve cheia durante toda a manhã e início da tarde do domín-

go. Nesses tempos de cortes absurdos em Educação, Ciência e Tecnologia, mostrar para a população o que as universidades públicas e os institutos de pesquisa brasileiros têm desenvolvido é fundamental para ampliar a luta e a resistência contra os cortes do governo federal nessas áreas", afirmou.



Feira atraiu a atenção da garotada na Quinta

Participação da Proprietas (INCT) da UFF na atividade na Quinta



Estabilidade dos servidores é alvo de projetos que podem ser votados no 2º semestre

Projeto das demissões por critérios subjetivos de desempenho está para ser votado no plenário do Senado; Ministério da Economia também prepara proposta contra servidores

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

Declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e a tramitação de um projeto no Senado Federal indicam que o servidor público será alvo de fortes ataques no segundo semestre deste ano.

Na Câmara, Rodrigo Maia reiteradamente tem criticado o que chama de altos salários dos serviços públicos e a su-

posta baixa produtividade. No Ministério da Economia, elabora-se um projeto de reformulação das carreiras do funcionalismo que poderá ter nele inserido regras para demissão por 'insuficiência de desempenho'. No Senado Federal, há um projeto, pronto para ser votado em plenário, que regulamenta as demissões por baixo desempenho.

Na manhã do dia 10 de julho, quando horas mais tarde o Plenário da Câmara votaria o

texto-base da reforma da Previdência, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou o PLS 116/2017. Este projeto legislativo, na prática, põe fim à estabilidade dos servidores públicos. Permite a demissão com base em avaliações regidas por critérios apontados pelas entidades sindicais como subjetivos e vagos.

Os senadores também decidiram, por maioria, que o projeto não passará por mais ne-

nhuma comissão e irá a voto direto no plenário. O projeto trata da regulamentação da Emenda Constitucional 19, sancionada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A relatora da matéria na comissão é a senadora Juíza Selma (PSL-MT), que teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso por abuso de poder econômico e caixa 2, numa votação unânime: sete a zero. Recorreu

ao Tribunal Superior Eleitoral e, enquanto isso, segue com o mandato.

A constitucionalidade do PLS (Projeto de Lei do Senado) 116 é questionada por entidades sindicais, que apontam um vício de origem: tem a autoria de uma senadora - Maria do Carmo (DEM-SE) -, enquanto projetos dessa natureza só podem ser propostos pelo Executivo. O projeto pode entrar em pauta no plenário a qualquer momento.

Ódio que fere e mata

Um mês após atropelamento contra professoras e estudantes na greve em Niterói pela Previdência e Educação, outro motorista avança contra agricultores que lutavam por água e mata idosa



Ato pacífico em Niterói, no dia 14 de junho, havia bloqueado o trânsito há poucos minutos quando o motorista avançou sobre os manifestantes

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Um manifestante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) morreu e pelo menos outros seis ficaram feridos após atropelamento intencional por motorista que furou um protesto no interior de São Paulo. A vítima, Luis Ferreira da Costa, tinha 72 anos e, junto com os companheiros do Acampamento Marielle Vive, bloqueava parte de uma rodovia para panfletar e exigir das autoridades fornecimento de água para os moradores da habitação que, há um ano, ocupam terras em Valinhos (SP). O ato criminoso contra o MST aconteceu em julho, cerca de um mês depois de o motorista André Luiz da Cunha Serejo ter jogado o carro Fox, placa LSB-1696, em cima das pessoas que protestavam contra a reforma da Previdência e os cortes em educação pública, no Centro de Niterói, em 14 de junho, dia de Greve Geral.

Os estudantes feridos e as professoras Kate Lane Paiva (UFF) e Marinalva Oliveira (UFRJ) poderiam ter morrido durante a ação deliberada de André Serejo - um fisioterapeuta de 46 anos, que trabalha em um hospital privado em Niterói, a poucos metros do local do atropelamento.

André responde em liberdade ao inquérito, a princípio, pela tentati-

va de homicídio. De acordo com os advogados que acompanham a situação das vítimas, quase todas as testemunhas já foram ouvidas na 76ª DP e, somente após essa fase inicial, será possível saber qual enquadramento e que penalidade pode ser imputada ao motorista.

Ao depor, André Luiz alegou ter se sentido ameaçado pelos manifestantes - o que a circulação amplamente difundida de fotografias e vídeos que foram exibidos por jornais de todo o país evidencia não ter ocorrido. As vítimas e algumas testemunhas já depuseram. Uma das pessoas interrogadas pela polícia afirmou ter estado próxima ao carro do atropelador. Ela contou ter ouvido o motorista dizer que iria passar por cima de todos os manifestantes - discentes, docentes e técnicos, que apenas seguravam uma faixa com dizeres contra a reforma da Previdência e paralisavam o trânsito por alguns minutos, revezando a liberação do fluxo entre a rua Marquês de Paraná e a rua Princesa Isabel. "O motorista disse que iria atropelar as pessoas se não pudesse passar; ele sabia o que estava fazendo", diz uma testemunha.

Professora segue em tratamento

Marinalva é mãe de três filhos; Kate é mãe de duas crianças. Marinalva bateu com a cabeça no chão.

Kate também caiu e as rodas do carro de André Serejo passaram por cima das duas pernas da docente, que ainda segue em tratamento médico e está em licença de suas atividades profissionais e acadêmicas por pelo menos 90 dias. Novos exames indicaram a extensão da lesão - que passa por uma flebite e algumas pequenas fraturas na extremidade da tíbia e do joelho, numa área mais próxima à cartilagem (exibidas somente pela ressonância), e a suspeita de uma trombose. Ela está com dificuldade para andar e uma intervenção cirúrgica não está ainda descartada.

A professora de Artes do Coluni-UFF hoje conta com o amparo de familiares, amigos e da seção sindical para dar conta de algumas questões que envolvem as tarefas domésticas cotidianas, o cuidado com os filhos e as despesas médicas. "Tive muita sorte porque poderia ter sido mais grave. Não é só uma contusão, tenho diversas lesões por conta do esmagamento e poderia ter morrido; fiquei embaixo do carro, e isso, para gente que está na rua, dá um abalo. O motorista está respondendo legalmente e defendendo que ele tenha todos os direitos dele preservados. Não tenho ódio dele; ele é só a expressão material deste momento que a gente está vivendo, onde o próprio presidente da República diz que pode matar manifestante e que tem que eliminar a 'ameaça vermelha'. Como mulher, manifestante e comunista, é como se o próprio presidente dissesse que pode nos matar", considera Kate Lane. "Vamos ter que pensar em forma de proteção da nossa militância e uma certeza que tenho é que não vou sair da rua; sou teimosa e lá é nosso lugar de disputa política. Assim que estiver bem vou estar na rua e na luta. Não é um carro que vai tirar a nossa esperança. Mesmo com todo o terror, a gente tira força, levanta e continua", diz.

Disputa nas ruas

Marinalva Oliveira explica que passou 15 dias com muitas dores físicas devido à queda de costas no chão. "Tomei muitos remédios, mas no geral, agora, estou bem. No entanto, o emocional segue abalado. Nos confrontamos com uma forma de violência que sempre existiu, mas que hoje é legitimada: a eliminação de qualquer pessoa que discorde do outro. Isso é um fascismo escancarado", analisa a professora, que é ex-presidente do Andes-Sindicato Nacional.

Segundo a docente, o ato deliberado do motorista de avançar com o carro em cima dos manifestantes, reverbera na política nacional e estadual, que fomenta a cultura da intolerância, do ódio e da violência. Para ela, o direito à rua também está em disputa. "Há certeza de que das ruas não sairemos; lá é que deveremos estar. Temos obrigação histórica, política, moral e social de continuar lutando para tentar garantir para as futuras gerações aquilo que as gerações antepassadas nos garantiram como direito. Lutamos pela vida e com a vida. Saio mais fortalecida e indignada com tudo o que está posto", disse Marinalva.



Foto do idoso Luis Ferreira da Costa, de 72 anos, militante do MST morto ao ser atropelado pelo motorista Leo Luiz Ribeiro, em Valinhos (SP)



O fisioterapeuta André Luiz Serejo, pouco antes de atropelar manifestantes em Niterói

Terceira etapa da 'reestruturação' da carreira docente entra em vigor em agosto

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

A terceira e última etapa da chamada 'reestruturação' dos Planos de Carreiras do Magistério Federal entra em vigor em agosto deste ano e terá reflexos já nos salários pagos em setembro. O

valor médio do impacto salarial é baixo: ficará em 2,25%, como mostram as tabelas nesta página.

A reestruturação foi definida em 2015, ano de forte greve docente e de grande participação da UFF. A proposta convertida em lei, no

entanto, recebeu muitas críticas. O acordo que serviu de base para ela não foi assinado pelo Andes-Sindicato Nacional, seguindo deliberações da categoria.

A implementação nas carreiras dos docentes do Magistério Superior e do Ensi-

no Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) transcorreu ao longo de três anos consecutivos. O problema alertado à época é que a 'reestruturação', que termina agora, amplia as desigualdades na carreira.

A terceira etapa ocorre num

momento em que o governo federal, por meio da Secretaria do Planejamento, vinculada ao Ministério da Economia, prepara mudanças nas carreiras do funcionalismo que podem rebaixá-las e torná-las mais desiguais. Ao votar a reforma da Previdência, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também tocou no assunto no discurso que fez antes de divulgar o resultado. Disse que é preciso rever as tabelas salariais e defendeu o rebaixamento dos valores de acesso às carreiras.

Está em curso, fica evidente, a tentativa de redução dos patamares salariais e de imposição de uma nova reforma administrativa, em meio ao congelamento salarial decorrente da aplicação da Emenda Constitucional 95. Ao lado dos ataques à aposentadoria e à educação pública, esta será, muito provavelmente, mais uma luta que a categoria docente terá que enfrentar no segundo semestre de 2019.

"Aumento" da 3ª fase da "Reestruturação" da Carreira (Lei 13325/2016)

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Titulação Especialista/RSC I			Titulação Mestre/RSC II			Titulação Doutor/RSC III			
			Variação % (Regime 20h)	Variação % (Regime 40h)	Variação % (Regime DE)	Variação % (Regime 20h)	Variação % (Regime 40h)	Variação % (Regime DE)	Variação % (Regime 20h)	Variação % (Regime 40h)	Variação % (Regime DE)	
E	Titular	1	8,80%	10,44%	7,50%	7,95%	10,99%	7,24%	9,38%	11,14%	2,73%	
D	Associado	DIV	4	7,01%	8,53%	6,46%	8,02%	9,92%	6,05%	10,21%	10,90%	2,81%
			3	6,37%	7,82%	5,86%	7,51%	9,44%	5,62%	9,74%	10,68%	2,85%
			2	5,80%	7,08%	5,25%	7,00%	8,71%	4,76%	9,28%	10,49%	2,77%
			1	5,18%	6,08%	4,61%	6,48%	7,61%	3,55%	8,81%	9,39%	2,42%
C	Adjunto	DIII	4	3,89%	3,09%	3,99%	3,51%	3,74%	3,10%	6,49%	4,92%	2,95%
			3	3,04%	2,18%	3,18%	2,94%	2,88%	2,47%	6,12%	4,12%	2,83%
			2	2,21%	1,67%	2,24%	2,35%	2,36%	1,72%	5,26%	3,58%	2,69%
			1	2,24%	1,86%	1,56%	2,29%	2,43%	0,98%	4,99%	3,49%	2,06%
B	Assistente	DII	2	2,53%	1,67%	2,52%	2,59%	1,72%	2,45%	4,83%	2,69%	2,63%
			1	1,51%	0,99%	1,52%	1,28%	0,93%	1,15%	3,68%	1,80%	1,31%
A	Auxiliar	DI	2	1,55%	1,08%	2,50%	1,02%	1,06%	1,54%	3,18%	1,78%	1,10%
			1	0,71%	0,68%	1,50%	0,33%	0,75%	0,61%	2,10%	0,77%	0,16%
Média:			3,91%	4,09%	3,75%	4,10%	4,81%	3,17%	6,47%	5,83%	2,25%	

Os percentuais indicados incidem sobre o Vencimento Básico + RT

Agosto de 2018

Fase 2: a partir de agosto de 2018 (Lei 13.325/2016, de 29/07/2016) - Valores para Doutor (ou RSC III)												
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REGIME DE TRABALHO									
			20 HORAS			40 HORAS			DE			
			VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	
E	Titular	1	4.297,76	2.577,12	6.874,88	6.064,50	5.137,19	11.201,69	8.833,96	11.151,28	19.985,24	
			3.964,67	2.238,37	6.203,04	5.604,23	4.600,90	10.205,13	8.170,51	9.982,17	18.152,68	
D	Associado	DIV	3	3.831,94	2.157,64	5.989,58	5.421,65	4.410,82	9.832,47	7.906,60	9.542,70	17.449,30
			2	3.703,92	2.079,86	5.783,78	5.245,83	4.224,08	9.469,91	7.651,79	9.138,67	16.790,46
			1	3.580,42	2.004,92	5.585,34	5.098,98	4.098,69	9.197,67	7.442,47	8.756,77	16.199,24
			4	2.977,72	1.587,76	4.565,48	4.196,06	3.475,61	7.671,67	6.000,73	6.892,39	12.893,12
C	Adjunto	DIII	3	2.889,46	1.515,79	4.405,25	4.072,41	3.360,61	7.433,02	5.823,77	6.588,12	12.411,89
			2	2.804,34	1.466,19	4.270,53	3.934,69	3.249,67	7.184,36	5.653,08	6.297,78	11.950,86
			1	2.696,38	1.420,14	4.116,52	3.771,66	3.142,63	6.914,29	5.488,42	6.073,49	11.561,91
			2	2.545,70	1.362,50	3.908,20	3.595,35	3.009,16	6.604,51	5.131,36	5.766,99	10.898,35
B	Assistente	DII	1	2.455,08	1.308,30	3.763,38	3.444,80	2.900,39	6.345,19	4.949,74	5.565,09	10.514,83
			2	2.326,40	1.257,92	3.584,32	3.265,04	2.750,90	6.015,94	4.627,84	5.359,65	9.987,49
A	Auxiliar*	DI	2	2.236,31	1.213,52	3.449,83	3.126,31	2.660,37	5.786,68	4.463,93	5.136,99	9.600,92

Fase 2: a partir de agosto de 2018 (Lei 13.325/2016, de 29/07/2016) - Valores para Mestre (ou RSC II)												
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REGIME DE TRABALHO									
			20 HORAS			40 HORAS			DE			
			VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	
E	Titular	1	4.297,76	1.230,51	5.528,27	6.064,50	2.216,38	8.280,88	8.833,96	4.522,76	13.356,72	
			3.964,67	1.057,84	5.022,51	5.604,23	1.997,08	7.601,31	8.170,51	4.107,89	12.278,40	
D	Associado	DIV	3	3.831,94	1.020,28	4.852,22	5.421,65	1.919,44	7.341,09	7.906,60	3.947,00	11.853,60
			2	3.703,92	984,06	4.687,98	5.245,83	1.859,91	7.105,74	7.651,79	3.498,66	11.491,45
			1	3.580,42	949,16	4.529,58	5.098,98	1.803,70	6.902,68	7.442,47	3.735,99	11.178,46
			4	2.977,72	749,91	3.727,63	4.196,06	1.531,71	5.727,77	6.000,73	2.981,50	8.982,23
C	Adjunto	DIII	3	2.889,46	714,72	3.604,18	4.072,41	1.481,31	5.553,72	5.823,77	2.866,14	8.689,91
			2	2.804,34	681,3	3.485,64	3.934,69	1.432,68	5.367,37	5.653,08	2.763,76	8.416,84
			1	2.696,38	657,02	3.353,40	3.771,66	1.385,75	5.157,41	5.488,42	2.664,68	8.153,10
			2	2.545,70	623,67	3.169,37	3.595,35	1.327,34	4.922,69	5.131,36	2.485,67	7.617,03
B	Assistente	DII	1	2.455,08	602,26	3.057,34	3.444,80	1.279,86	4.724,66	4.949,74	2.397,50	7.347,24
			2	2.326,40	579,23	2.905,63	3.265,04	1.207,66	4.472,70	4.627,84	2.309,87	6.937,71
A	Auxiliar*	DI	2	2.236,31	549,96	2.786,27	3.126,31	1.146,68	4.272,99	4.463,93	2.204,27	6.668,20

Fase 2: a partir de agosto de 2018 (Lei 13.325/2016, de 29/07/2016) - Valores para Especialista (ou RSC I)												
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REGIME DE TRABALHO									
			20 HORAS			40 HORAS			DE			
			VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	
E	Titular	1	4.297,76	529,47	4.827,23	6.064,50	895,50	6.960,00	8.833,96	1.825,35	10.659,31	
			3.964,67	497,18	4.461,85	5.604,23	834,36	6.438,59	8.170,51	1.613,99	9.784,50	
D	Associado	DIV	3	3.831,94	483,86	4.315,80	5.421,65	810,40	6.232,05	7.906,60	1.555,08	9.461,68
			2	3.703,92	468,20	4.172,12	5.245,83	787,71	6.033,54	7.651,79	1.498,47	9.150,26
			1	3.580,42	455,00	4.035,42	5.098,98	757,31	5.856,29	7.442,47	1.410,10	8.852,57
			4	2.977,72	290,74	3.268,46	4.196,06	624,79	4.820,85	6.000,73	1.123,32	7.124,05
C	Adjunto	DIII	3	2.889,46	279,30	3.168,76	4.072,41	604,40	4.676,81	5.823,77	1.079,90	6.903,67
			2	2.804,34	267,11	3.071,45	3.934,69	584,71	4.519,40	5.653,08	1.046,37	6.699,45
			1	2.696,38	255,97	2.952,35	3.771,66	565,71	4.337,37	5.488,42	996,76	6.485,18
			2	2.545,70	244,86	2.790,56	3.595,35	523,66	4.119,01	5.131,36	957,90	6.089,26
B	Assistente	DII	1	2.455,08	229,29	2.684,37	3.444,80	504,56	3.949,36	4.949,74	906,77	5.856,51
			2	2.326,40	217,24	2.543,64	3.265,04	474,95	3.739,99	4.627,84	870,04	5.497,88
A	Auxiliar*	DI	2	2.236,31	206,35	2.442,66	3.126,31	449,97	3.576,28	4.463,93	824,12	5.288,05

*Classe A Auxiliar abriga também os professores Assistentes e Adjuntos

Agosto de 2019

Fase 3: a partir de agosto de 2019 (Lei 13.325/2016, de 29/07/2016) - Valores para Doutor (ou RSC III)												
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REGIME DE TRABALHO									
			20 HORAS			40 HORAS			DE			
			VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	VB	RT	VB+RT	
E	Titular	1	4.774,42	2.745,29	7.519,71	6.684,19	5.765,11	12.449,30	9.548,84	10.981,17	20.530,01	
			4	4.340,38	2.495,72	6.836,10	6.076,54	5.241,01	11.317,55	8.680,76	9.982,88	18.663,64
D	Associado	DIV	3	4.173,44	2.399,73	6.573,17	5.842,82	5.039,43	10.882,25	8.346,89	9.598,92	17.945,81
			2	4.012,93	2.307,43	6.320,36	5.618,10	4.845,61	10.463,71	8.025,86	9.229,73	17.255,59
			1	3.858,58	2.218,69	6.077,27	5.402,02	4.659,24	10.061,26	7.717,17	8.874,74	16.591,91
			4	3.086,87	1.774,95	4.861,82	4.321,61	3.727,39	8.049,00	6.173,73	7.099,79	13.273,52
C	Adjunto	DIII	3	2.968,14	1.706,68	4.674,82	4.155,40	3.584,03	7.739,43	5.936,28	6.826,73	12.763,01
			2	2.853,98	1.641,04	4.495,02	3.995,58	3.446,18	7.441,76	5.707,96	6.564,16	12.272,12
			1	2.744,21	1.577,92	4.322,13	3.841,90	3.313,64	7.155,54	5.488,43	6.311,69	11.800,12
			2	2.601,15	1.495,66	4.096,81	3.641,61	3.140,89	6.782,50	5.202,30	5.982,65	11.184,95
B	Assistente	DII	1	2.477,29	1.424,44	3.901,73	3.468,20	2.991,32	6.459,52	4.954,57	5.697,76	10.652,33
			2	2.348,14	1.350,18	3.698,32	3.287,39	2.835,38	6.122,77	4.696,28	5.400,72	10.097,00
A	Auxiliar*	DI	2	2.236,32	1.285,89	3.522,21	3.130,85	2.700,36	5.831,21	4.472,64	5.143,54	9.616,18

Fase 3: a partir de agosto de 2019 (Lei 13.325/2016, de 29/07/2016) - Valores para Mestre (ou RSC II)											
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REGIME DE TRABALHO								
			20 HORAS			40 HORAS					

NOTAS DA ADUFF

Seminário integrado do Andes-SN no Rio

O Rio de Janeiro, por meio da Seção Sindical dos Docentes da Uerj (Asduerj), será sede de 30 de agosto a 1º de setembro de 2019 do II Seminário Nacional Integrado do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). Ao longo desses três dias, acontecem

o IV Seminário Nacional de Mulheres do Andes-SN; o III Seminário Nacional de Diversidade Sexual e o IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas. As professoras e professores interessados em participar devem enviar mensagem para a secretaria da Aduff-SSind (aduff@aduff.org.br) até o dia 19 de agosto.

Brasil doente

Mensagem do psiquiatra Fernando Tenório postada no Facebook viralizou nas redes sociais ao relatar o diagnóstico que dera a um paciente. Trecho: "Acabei de atender a um homem de 45 anos, negro, sem escolaridade. Nos últimos cinco anos, vi meus colegas de setor serem demitidos um a um e ele passou a acumular as funções de todos. Disse-me que nem reclamou por medo de ser o próximo da fila. Tem sintomas de esgotamento que descambam para

ansiedade. Qual o diagnóstico para isso? Brasil. Adoeceu de Brasil. Se eu tivesse algum poder iria sugerir ao DSM (o manual de transtornos mentais da psiquiatria) esse novo diagnóstico. Adoecer de Brasil é a mais prevalente das doenças. Entrei agora na Internet e vi que a reforma da previdência corre para ser aprovada sem sustos. O povo, adoecido de Brasil, permanece inerte. Vai trabalhar sem direito a aposentadoria até morrer de Brasil"

Construção do IV ENE

O 64º Conad, realizado em Brasília, aprovou a proposição para Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep) da construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE). Foram reforçadas as lutas em defesa das instituições de ensino municipal, estadual e federal; da liberdade de cátedra docente e contra a precarização das condições de trabalho e de ensino.

Santos Dumont

As pistas do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, vão entrar em obras. A previsão é que, de 24 de agosto a 21 de setembro, aquele que é para muitos o mais bonito e confortável aeroporto do país, ainda sob administração da estatal Infraero, fique interdito. Ao que parece, Bolsonaro prepara as pistas para entregar mais esse patrimônio público a empresas privadas. Enquanto isso, o privatizado Aeroporto Internacional do Galeão, para onde os voos do Santos Dumont devem ser transferidos no período, segue com o Terminal I fechado - medida tomada com autorização governamental após o consórcio que o controla alegar ter prejuízo com a manutenção em atividade dos dois terminais que recebeu prontos e dos quais deveria cuidar.

Setor das Federais

A Aduff-SSind participou da reunião setorial das Instituições Federais de Ensino promovida pelo Andes-SN, nos dias 26 e 27 de julho, na qual a ameaça que representa o "Future-se" e a organização da luta para defender a educação pública e gratuita foram debatidas. A Greve Nacional da Educação, marcada para 13 de agosto, foi reafirmada. A presidente da Aduff Marina Tedesco e diretor Douglas Guimarães Leite participaram da atividade em Brasília.

Solidariedade à Unilab

"O governo mostra que está legislando movido pelo ódio, ignorância perversidade", afirmou a professora Marina Tedesco, presidente da Aduff-SSind, sobre a decisão do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de cancelar, pelo Twitter, o vestibular para pessoas transgêneros e intersexuais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Para a docente, a decisão é absurda, fere a autonomia universitária e demonstra o caráter elitista e preconceituoso do governo. "Existem muitos dados que comprovam que a população trans é que tem mais dificuldade de ter acesso à universidade e esse acesso é fundamental para que essas pessoas tenham melhores condições de ter existência mais digna", diz. Em protesto contra a decisão presidencial, estudantes ocuparam o *campus* da Liberdade, no interior do Ceará.

Petrobrás sendo privatizada

A privatização da BR Distribuidora foi muito criticada por sindicatos dos petroleiros. O controle da empresa foi vendido por meio de oferta de ações na Bolsa de Valores. A Petrobras liquidou 35% da sua participação na BR Distribuidora por US\$ 2,5 bi, cerca de R\$ 9 bi, para 160 investidores de diferentes países, como Reino Unido, Canadá e Estados Unidos. Privatização sem licitação e sem cobrança pelo controle acionário, que sai das mãos da estatal, maior distribuidora de combustíveis do país. "Com a alienação do controle da BR, aumenta-se o risco de formação de cartel com a extração de valores excedentes dos consumidores", afirma o Sindipetro-RJ, que observa que das 21 maiores empresas de óleo e gás do mundo, 19 são integradas do poço ao posto.

Itaú festeja desemprego...

As declarações do presidente Itaú de que a elevada taxa de 12% de desemprego é bom para o país, destaque em parte da alternativa, não chocou a grande mídia comercial, que preferiu destacar que na opinião do banqueiro as frases polêmicas de Bolsonaro não devem afetar a tramitação da PEC da Previdência.

...e salários baixos

Poucos dias após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que não há fome no Brasil, Cândido Bracher, disse que o desemprego é bom porque permite o crescimento sem pressões inflacionárias. "Isso deixa a situação macroeconômica do Brasil tão boa quanto nunca vi na minha carreira", disse, a jornalista, o presidente do banco que bateu recordes de lucro enquanto 13 milhões estão sem emprego.

Ferida

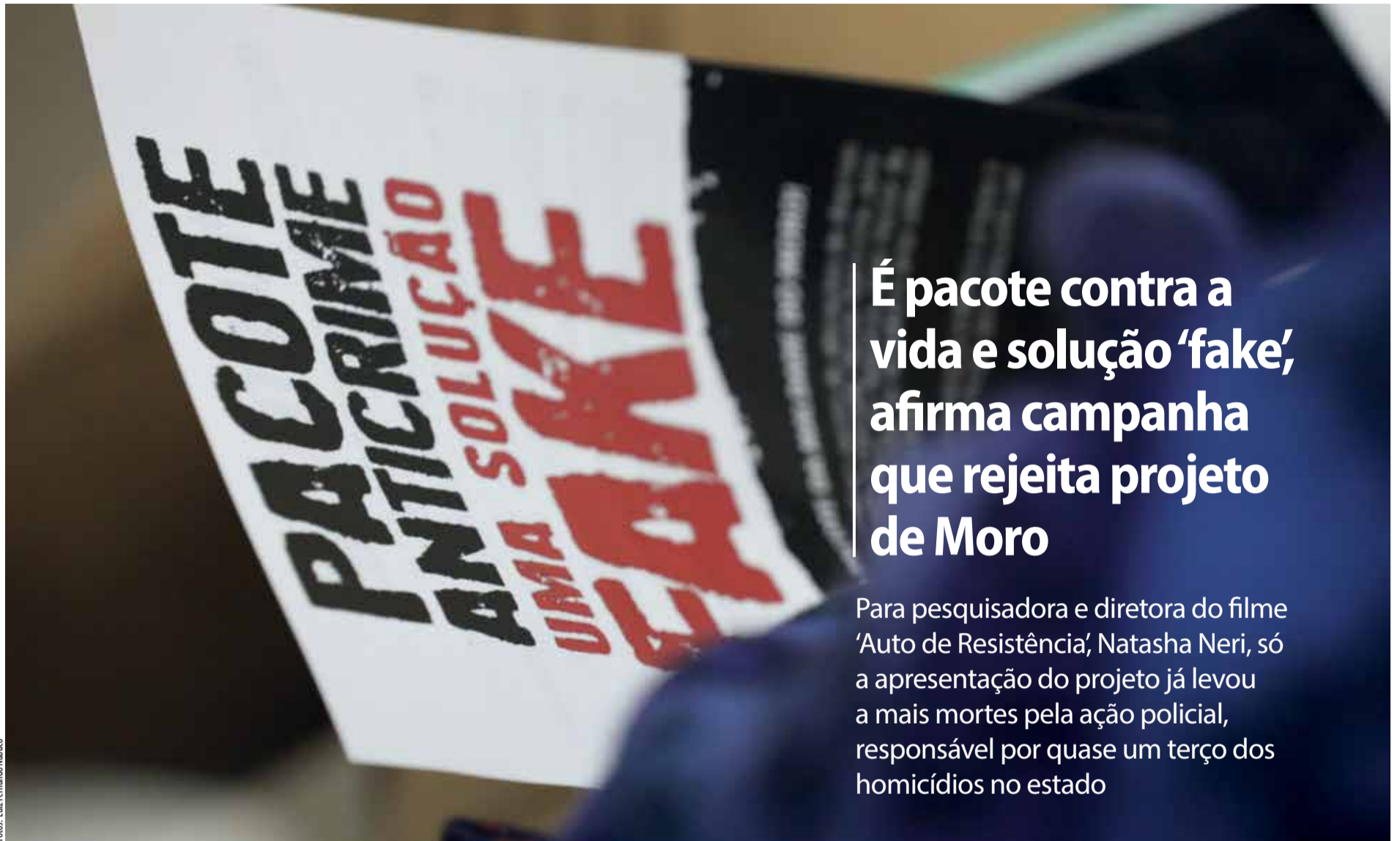
"Arte, ação e pensamento anticolonial" foi o tema da mesa das feministas negras Conceição Evaristo, Grada Kilomba, Ana Paula Lisboa e Flavia Oliveira no Museu de Arte do Rio (MAR). O encontro aconteceu no dia 15, um dia após o fim da Festa Literária de Paraty (Flip), e antecipa a Festa Literária das Periferias (Flup) de outubro. Uma plateia lotada, formada por muitas jovens negras e também por uma militante de 95 anos, a Dona Maria, ouviu atenta as considerações das quatro mulheres sobre o racismo, machismo e a necessidade de resistir aos retrocessos no cenário brasileiro e mundial. "Colonialismo é uma ferida que não foi tratada; é um trauma", disse Grada Kilomba, autora portuguesa que esteve na Flip e cuja obra "Memórias da Plantação" chega ao Brasil dez anos após a edição no exterior.

MOBILIZAR

A professora Ana Claudia, da direção da Aduff, na panfletagem junto com outros docentes em frente às Barcas, no dia 1º de agosto: convocação para a luta em defesa da Previdência e Educação públicas e para a mobilização de 13 de agosto.



Luiz Fernando Nabuco



É pacote contra a vida e solução 'fake', afirma campanha que rejeita projeto de Moro

Para pesquisadora e diretora do filme 'Auto de Resistência', Natasha Neri, só a apresentação do projeto já levou a mais mortes pela ação policial, responsável por quase um terço dos homicídios no estado

Fotos: Luiz Fernando Nabuco



Reunião do movimento contra o Pacote Anticrime de Moro, no Rio: soluções fakes

Lara Abib
Da Redação da Aduff

Uma solução 'fake'! É o que diz a campanha lançada em março deste ano, no Rio de Janeiro, em resposta às propostas de recrudescimento penal e de licença para matar apresentadas em fevereiro pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, no chamado "Pacote Anticrime". Para as mais de 70 organizações de sociedade civil e movimentos sociais que integram a campanha "Pacote Anticrime – Uma Solução Fake", as alterações previstas são inconstitucionais e irão

agravar ainda mais a situação de violência urbana e de encarceramento massivo da população pobre e negra do país.

Juristas e advogados também defendem que as propostas de endurecimento penal e de criminalização expostas no projeto esbarram nos direitos fundamentais conquistados depois da ditadura militar, com a redemocratização, e implicam no aumento do encarceramento, na contramão dos debates na área e de uma recomendação do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), que identifica o encarceramento em massa como um dos principais

problemas do sistema penitenciário brasileiro.

Críticos ao projeto apontam para a possibilidade do aumento de um índice já alarmante: o da letalidade policial em territórios periféricos, já que o pacote propõe a ampliação do chamado excludente de ilicitude para o policial que mata em serviço e prevê a redução da pena até a metade ou deixar de aplicá-la ao policial se "o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". "O pacote vai legitimar e institucionalizar as práticas de extermínio já aplicadas na favela. Nós somos os alvos. É uma

carta branca para matar pobre, preto e favelado", afirmou Monica Cunha, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em aula pública sobre o pacote, realizada no dia 4 de julho, na ocupação urbana Manuel Congo, no Centro do Rio.

O texto do pacote enviado por Moro ao Congresso Nacional está tramitando tanto na Câmara dos Deputados (PL 882/2019), quanto no Senado (PL 1864/2019), com ausência quase total de diálogo com a sociedade e com especialistas em Direito Penal e Segurança Pública. Na Câmara, foi criado um grupo de trabalho para analisar a proposta. O relator é o deputado Capitão Augusto (PL-SP), líder da bancada da bala. O texto final do GT promove algumas alterações no projeto original, mas não muda seu caráter, e ainda prevê o aumento do tempo máximo de prisão de 30 para 40 anos no Brasil. No Senado, o projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJE).

"Eles estão correndo para ver quem vai levar para o plenário antes. Voltando do re-

cesso, será uma das primeiras pautas a ser votada ou no Senado ou na Câmara. Só o fato de o projeto ter sido apresentado já aumentou demais a violência da polícia. No Rio, foram 730 pessoas mortas pela polícia de janeiro a maio deste ano, são cinco pessoas mortas pela polícia por dia. Eu estudo autos de resistência há dez anos e nunca vi tantas chacinas como neste ano. Precisamos nos mobilizar, que a gente possa levar a campanha e as críticas ao projeto fake a todos os espaços", reiterou a pesquisadora do Instituto de Estudos de Religião (Iser) e diretora do filme 'Auto de Resistência', Natasha Neri. Dados do Instituto de Segurança Pública mostram que a polícia fluminense foi responsável no primeiro semestre por quase um terço de todos os homicídios cometidos no estado do Rio.

Para o desembargador Sérgio Varani, que integra a Associação de Juízes pela Democracia, o pacote de Moro é uma aberração jurídica e um descabimento. "Esse pacote é a violência contra a cidadania, contra o Estado de Direito, contra os direitos humanos, contra a vida", destacou.

Memória e liberdades democráticas sob ataque

Aduff repudia declarações de Bolsonaro sobre Fernando Santa Cruz; ameaças ao jornalista Glenn Greenwald e tentativas de intimidação de quem se opõe refletem perfil autoritário do governo



Samuel Costa



Zulmar Rocha

O cantor e compositor Chico Buarque fala no ato na ABI em repúdio às ameaças contra o jornalista Glenn Greenwald

Frase em frente ao DCE da UFF Fernando Santa Cruz

Aduff-SSind divulgou nota na qual condena as declarações debochadas e ofensivas, passíveis de serem classificadas até como criminosas, do presidente Jair Bolsonaro em relação ao assassinato do estudante da Faculdade de Direito da UFF Fernando Santa Cruz, desaparecido após ser preso em

1974 pela ditadura civil-militar-empresarial imposta ao país por 21 anos.

“Quando em tom de deboche se dirige e ataca Felipe Santa Cruz, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirmando ter conhecimento sobre o que aconteceu com seu pai, o presi-

dente do Brasil desrespeita não apenas a dor da família, mas os próprios valores democráticos e a UFF, em particular”, afirma trecho da nota. O texto assinala ainda que Fernando Santa Cruz é um dos principais símbolos da luta “em defesa da educação pública e de um país com direitos e liberdades nas universidades”.

A referência à família Santa Cruz é parte de uma escalada de declarações de teor autoritário do presidente e de ataques aos movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda por parte do governo federal e que se reproduz em certos Estados.

As ameaças ao jornalista Glenn Greenwald, do “The Intercept”, é parte desse processo, que tenta calar quem discorda e censurar denúncias que possam abalar o seu governo.



Fernando Santa Cruz: assassinado pela ditadura

Nacional. Em nota, a Aduff lamentou a morte de Elzita, lembrando o exemplo “de luta e perseverança” deixado por ela.

Bolsonaro ataca memória de Fernando 1 mês após morte de Elzita, mãe que buscou pelo filho por 45 anos

O presidente Jair Bolsonaro atacou a memória de Fernando Santa Cruz cerca de um mês após a mãe do estudante morrer, aos 105 anos. Elzita Santa Cruz jamais descansou da procura pelo filho desde que o estudante do Direito da UFF foi preso em 23 de fevereiro de 1974. Logo após o desaparecimento,

Elzita escreveu carta à primeira-dama Lucy Geisel, em busca de notícias do filho. Na carta pede em vão, de uma mãe para outra, ajuda para descobrir o paradeiro do filho. “Não preciso dizer que a cada resposta negativa minhas lágrimas correm sem cessar”, diz em trecho da carta, que hoje se encontra no Arquivo

Com ameaça à reitora por luz e araponga em Reitoria, governo desrespeita e reprime universidades

A Aduff-SSind e o Andes-SN repudiaram as ameaças do ministro da Educação, Abraham Weintraub, contra a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), e a designação de um araponga da agência de espionagem do governo (Abin) para assessorar o gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

As duas medidas integram a política agressiva e repressora do governo Bolsonaro contra o ensino superior pú-

blico federal. O MEC atua disseminando falsas notícias desvinculadas da realidade do dia a dia nos *campi*. O ministro ameaçou processar a reitora Myrian Serra, da UFMT, por conta da suspensão da energia elétrica, em julho, decorrente do não pagamento de dívidas com a empresa fornecedora do serviço. Isso após os cortes de cerca de 30% nas verbas previstas para as universidades, impostos após sucessivos cortes nos orçamentos em anos anteriores.

Com evento e livro, Aduff prestou homenagem a docentes cassados e perseguidos pela ditadura



Luz Fernando Nabuco

Mesa da atividade em homenagem aos docentes, com a presença da professora Lérida Povoleri (à esquerda), que faleceu em julho

A Associação dos Docentes da UFF nasceu em meio à ditadura empresarial-militar, em 1978, driblando a proibição legal de criação de sindicatos de servidores e tendo as liberdades democráticas como um dos seus princípios. Em consonância com essa trajetória, as direções atual e anteriores da entidade vêm dando especial atenção ao resgate e à preservação da memória do período: lembrar para que nunca mais aconteça.

Lançado em 2018 e reimprimiu esse ano o livro “Atitudes de Rebeldia”, sobre a repressão e a resistência na UFF. Em maio, os 50 anos da lista de cassação de docentes que

acompanhou a publicação do AI-5 foi lembrada com homenagem a todos os que foram perseguidos no período.

A atividade lotou o auditório da Faculdade de Direito e teve como palestrantes as professoras Miriam Limoeiro Cardoso, Kátia Pinheiro e Lérida Povoleri e o professor Rafael Vieira. O professor da Faculdade de Direito Douglas Guimarães Leite, da direção da Aduff, coordenou a mesa – cuja gravação está disponível no Facebook. A professora Lérida, que integrou a quinta diretoria da Aduff, faleceu ao final de julho, perda lamentada em nota da Aduff, que lembrou “o seu papel ativo na resistência à ditadura”.